



CÓDIGO DE ÉTICA DA ITAIPU
CÓDIGO DE ÉTICA DE LA ITAIPU

CÓDIGO DE ÉTICA DA ITAIPU
CÓDIGO DE ÉTICA DE LA ITAIPU

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Eduardo Gómez' or a similar name.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Márcio' or a similar name.

A ITAIPU, constituída pela associação de dois Estados soberanos, Brasil e Paraguai, para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos pertencentes em condomínio aos dois Países, consciente do papel relevante que lhe cabe na promoção do desenvolvimento econômico e social dos países que a instituíram, e

- 1º para bem cumprir a missão de assegurar a plena disponibilidade da capacidade de geração de eletricidade e atender ao mercado com qualidade e confiabilidade, busca a excelência no desempenho empresarial, traduzida em índices crescentes de eficácia e produtividade, na constante capacitação do pessoal e na otimização do emprego dos recursos disponíveis;
- 2º convicta de suas responsabilidades sociais, contribui para a preservação do equilíbrio ecológico e para o desenvolvimento das comunidades das regiões no entorno do empreendimento hidrelétrico;
- 3º confere primazia ao interesse público e – como entidade binacional – à convivência harmoniosa de brasileiros e paraguaios dentro de um espírito de amizade, cordialidade e mútua colaboração bem como à observância constante do equilíbrio dos interesses comuns aos dois países no processo decisório da Entidade; e

La ITAIPU, constituida por la asociación de dos Estados soberanos, Paraguay y Brasil, para el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hídricos pertenecientes en condominio a los dos países, consciente del papel relevante que le corresponde en la promoción del desarrollo económico y social de los países que la instituyeron, y

- 1º para el buen cumplimiento de la misión de asegurar la plena disponibilidad de la capacidad de generación de electricidad y atender al mercado con calidad y confiabilidad, busca la excelencia en el desempeño empresarial, traducida en índices crecientes de eficacia y productividad, en la constante capacitación del personal y en la optimización del empleo de los recursos disponibles;
- 2º convencida de sus responsabilidades sociales, contribuye a la preservación del equilibrio ecológico para el desarrollo de las comunidades de las regiones en el entorno del emprendimiento hidroeléctrico;
- 3º confiere prioridad al interés público y - como entidad binacional- a la convivencia armoniosa de paraguayos y brasileños dentro de un espíritu de amistad, cordialidad y mutua colaboración, así como la observancia constante del equilibrio de los intereses comunes a los países dentro del proceso decisario de la Entidad; y

4º dentro desses propósitos, considera fundamental a conduta ética de seus Conselheiros, Diretores e empregados e de terceiros com ela envolvidos, tanto nas relações internas, como no relacionamento com a ELETROBRAS e a ANDE, com as instituições públicas, os fornecedores e a comunidade em geral, alinhados com os objetivos estratégicos da ITAIPU fundamentados na sustentabilidade, cujas iniciativas a Entidade pode apoiar quando coincidirem com seus interesses, que se integra ao seu ordenamento normativo e pelo qual a ITAIPU define o conjunto dos valores, dos princípios éticos, dos padrões de conduta e das responsabilidades da Entidade.

4º dentro de esos propósitos, considera fundamental la conducta ética de sus Consejeros, Directores y empleados y de terceros con ella relacionados, tanto en las relaciones internas, como en el relacionamiento con la ANDE y la ELETROBRAS, con las instituciones públicas, los proveedores y la comunidad en general, orientado a los objetivos estratégicos de la ITAIPU fundamentados en la sustentabilidad, cuyas iniciativas la Entidad puede apoyar cuando considere con sus intereses, que se integra a su ordenamiento normativo y por el cual la ITAIPU define el conjunto de los valores, de los principios éticos, de los padrones de conducta y de las responsabilidades de la Entidad.

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º - O presente Código de Ética visa explicitar o conjunto de valores, os princípios éticos e os padrões de conduta que devem nortear o relacionamento entre os conselheiros, diretores, empregados da ITAIPU e toda sua cadeia de valor, com intuito de gerar e manter um compromisso recíproco na adoção de uma postura transparente que envolva a valorização da ética, contribuindo para a credibilidade da ITAIPU perante a sociedade.

CAPÍTULO I - DEL OBJETIVO

Art. 1º - El Código de Ética tiene por objeto explicar el conjunto de los valores, los principios éticos y las normas de conducta que deben ser profesados tanto por Consejeros, Directores, empleados de la ITAIPU y toda su cadena de valor, con el objeto de generar y mantener un compromiso recíproco en la adopción de una postura transparente que afecte la valorización de la ética, contribuyendo para la credibilidad de la ITAIPU ante la sociedad.

CAPÍTULO II - DA LEGALIDADE

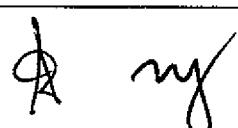
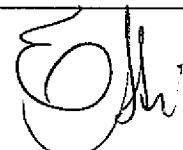
Art. 2º - Este código foi elaborado com observância da legislação vigente de ambos os países de forma a cumprir o disposto:

a) na Constituição da República

CAPÍTULO II - DE LA LEGALIDAD

Art. 2º - Este código fue elaborado observando las legislaciones vigentes en ambos países, de manera a cumplir con:

a) la Constitución Nacional de la

Federativa do Brasil e a Constituição Nacional da República do Paraguai;	República del Paraguay y la Constitución de la República Federativa del Brasil.
b) no Tratado entre o Brasil e o Paraguai, de 26.4.1973, seus Anexos e Notas Reversais decorrentes; e nas normas que compõem os ordenamentos jurídicos de ambos os Países, no que for respectivamente aplicável;	b) el Tratado entre el Paraguay y el Brasil, del 26.04.73, sus anexos y Notas Reversales; y las normas que componen los ordenamientos jurídicos de ambos países, en lo que fuera respectivamente aplicable.
c) no Estatuto e no Regimento Interno da Itaipu;	c) el Estatuto y el Reglamento Interno de la ITAIPU.
d) no Regulamento de Pessoal;	d) el Reglamento de Personal.
e) nas Resoluções do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e nas Determinações dos Diretores de Área.	e) las Resoluciones del Consejo de Administración y del Directorio Ejecutivo y las Determinaciones de los Directores de Área.

CAPÍTULO III - DA ABRANGÊNCIA

Art. 3º - O Código se aplica tanto nas relações internas da ITAIPU quanto na relação com a ELETROBRAS e a ANDE, estendendo-se a toda sua cadeia de relacionamento, devendo ser igualmente respeitado e cumprido por todos que, a qualquer título, de modo direto ou indireto, relacionem-se com a ITAIPU.

CAPÍTULO IV - DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º - Os princípios e padrões de conduta professados por conselheiros, diretores e empregados da ITAIPU, em sua atuação na Entidade, e esperados, no que couber, por parte de todos os que com ela relacionem-se interna e externamente, de modo direto ou indireto, devem valorizar especialmente:

- a) o respeito entre seus colaboradores;

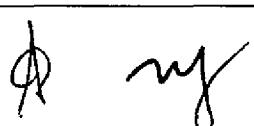
CAPÍTULO III - DEL ALCANCE

Art. 3º - El código se aplica tanto en las relaciones internas, como en el relacionamiento con la ANDE y la ELETROBRAS, debiendo ser igualmente respetado y cumplido por todos aquellos que, de alguna manera, directa o indirectamente, se relacionen con la ITAIPU.

CAPÍTULO IV - DE LOS PRINCIPIOS

Art. 4º - Los principios y padrones de conducta practicados por Consejeros, Directores y empleados de la ITAIPU, en su actuación en la Entidad, en lo que corresponde, por parte de todos los que con ella se relacionen interna y externamente, de modo directo o indirecto, deben valorizar especialmente:

- a) el respeto entre sus colaboradores;




- b) a ética nos relacionamentos interpessoais;
- c) a competência profissional e o compromisso com as diretrizes da Entidade;
- d) o bom relacionamento com parceiros e fornecedores;
- e) o aprendizado constante como forma de desenvolvimento profissional e pessoal;
- f) a iniciativa, o espírito de participação e a criatividade;
- g) os princípios e valores referentes a práticas sustentáveis adotadas pela ITAIPU.

CAPÍTULO V - DAS CONDUTAS NÃO PERMITIDAS

Art. 5º - São condutas não permitidas aos conselheiros, diretores e empregados da ITAIPU:

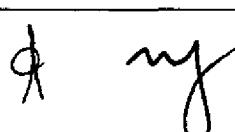
- a) fazer uso do cargo, função, influência pessoal, nome, prestígio, bens, instalações e equipamentos ou serviços dos empregados da Entidade, visando à concessão ou à obtenção, para si ou para terceiros, de vantagens, serviços especiais ou qualquer outro benefício;
- b) comercializar qualquer bem ou serviço nas áreas ou instalações da Entidade, ainda que fora do horário de trabalho;
- c) atuar como orientador, agente investigador, intermediário, patrono ou advogado de demandante em

- b) la ética en los relacionamientos interpersonales;
- c) la competencia profesional y el compromiso con las directrices de la Entidad;
- d) el buen relacionamiento con empresas y proveedores;
- e) el aprendizaje constante como forma de desarrollo profesional y personal;
- f) la iniciativa, el espíritu de participación y la creatividad; y
- g) los principios y valores referentes a las prácticas sustentables adoptadas por la ITAIPU.

CAPÍTULO V - DE LAS CONDUCTAS NO PERMITIDAS

Art. 5º - Son conductas no permitidas a los Consejeros, Directores y empleados de la ITAIPU:

- a) hacer uso del cargo, función, influencia personal, nombre, prestigio, bienes, instalaciones y equipos o servicios de los empleados de la Entidad, para conseguir u obtener para si o para terceros, ventajas, servicios especiales o cualquier otro beneficio;
- b) comercializar cualquier bien o servicio en las áreas o instalación de la Entidad, aun fuera del horario de trabajo;
- c) actuar como orientador, agente investigador, intermediario, patrón o




<p>processos administrativos ou judiciais promovidos contra a ITAIPU;</p> <p>d) aceitar ou solicitar de terceiros compensação ou brindes de qualquer valor, a título de contrapartida por serviços;</p> <p>e) favorecer ou prejudicar qualquer pessoa ou empresa em trâmites ou gestões administrativas, devendo ser observados estritamente os procedimentos normais de prestação de serviço ou da atividade desempenhada;</p> <p>f) fazer parte ou intervir a qualquer título, fora do legítimo exercício de cargo ou função na Entidade, salvo como testemunha, em contratos celebrados pela ITAIPU;</p> <p>g) divulgar boatos ou informações supostas que possam afetar a honra e a imagem de qualquer pessoa ou entidade; e</p> <p>h) influir nas decisões da Entidade, invocando o apoio de organizações políticas.</p>	<p>abogado demandante en procesos administrativos o judiciales promovidos contra la ITAIPU;</p> <p>d) aceptar o solicitar de terceros, compensación u obsequios de cualquier valor, a título de contrapartida por servicio;</p> <p>e) favorecer o perjudicar a cualquier persona o empresa en trámites o gestiones administrativas, debiendo ser observados estrictamente los procedimientos normales de prestación de servicio o de la actividad desempeñada;</p> <p>f) Ser parte o intervenir a cualquier título, fuera del legítimo ejercicio del cargo o función en la Entidad, salvo como testigo, en contratos celebrados por la ITAIPU;</p> <p>g) divulgar comentarios o informaciones supuestas que puedan afectar la honra y la imagen de cualquier persona o entidad; y</p> <p>h) Influir en las decisiones de la Entidad, invocando apoyo de organizaciones políticas.</p>
---	---

CAPÍTULO VI - DO CLIMA ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO

Art. 6º - Os conselheiros, diretores e empregados da ITAIPU devem ser comprometidos com os interesses da Entidade sendo fiel aos princípios que orientam sua atuação, tendo o dever de contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, devendo ainda exercer suas atividades com cortesia, lealdade, dedicação, honestidade, cooperação, sem

CAPÍTULO VI - DEL CLIMA ORGANIZACIONAL Y RELACIONES EN EL AMBIENTE DE TRABAJO

Art. 6º - Los Consejeros, Directores y empleados de la ITAIPU deben estar comprometidos con los intereses de la Entidad, siendo fieles a los principios que orientan su actuación, con el deber de contribuir para la creación y mantenimiento de un ambiente de trabajo seguro y saludable, debiendo ejercer sus actividades con cortesía, lealtad,

qualquer forma de preconceitos e discriminação, independentemente de sua hierarquia, zelando sempre pela imagem da ITAIPU.

Art. 7º - Os Conselheiros, Diretores e empregados da ITAIPU devem agir com objetividade e serem imprestoais e imparciais para desempenhar seu cargo ou função, a fim de tomarem decisões ou proporem alternativas com base na razão, na ciência, na boa técnica, nas melhores práticas empresariais, no bom senso e na equidade – sem paixão, favoritismo, preconceito, tendenciosidade, perseguições ou discriminação de qualquer natureza – sempre com vistas ao interesse da ITAIPU e ao bem comum.

Art. 8º - Os conselheiros, diretores e empregados devem ainda:

- a) agir com integridade, probidade e responsabilidade pessoal;
- b) ter conduta honesta, transparente e prudente, primando pelo zelo, decoro e pontualidade no exercício do cargo;
- c) assumir as consequências das próprias ações ou omissões e por elas responder;
- d) repudiar, denunciar e combater qualquer forma de corrupção, ativa ou passiva;
- e) zelar pela proteção e conservação de bens que compõem o patrimônio da ITAIPU; e
- f) desenvolver funções e atividades com a plena utilização da capacidade, conhecimento e experiências

dedicación, honestidad, cooperación, sin cualquier forma de preconceptos y discriminación, independientemente de su jerarquía, velando siempre por la imagen de la ITAIPU.

Art. 7º - Los Consejeros, Directores y empleados de la ITAIPU deben actuar con objetividad y ser impersonales e imparciales para desempeñar su cargo o función y tomar decisiones o proponer alternativas con base en la razón, la ciencia, la buena técnica, las mejores prácticas empresariales, el buen "sensu" y la equidad - sin pasión, favoritismo, preconcepto, tendenciosidad, persecuciones o discriminación de cualquier naturaleza, siempre con miras al interés de la Entidad y al bien común.

Art. 8º - Los Consejeros, Directores y empleados también deben:

- a) actuar con integridad, probidad y responsabilidad personal;
- b) tener conducta honesta, transparente y prudente, primando el esmero, el decoro y la puntualidad en el ejercicio del cargo;
- c) asumir las consecuencias de las propias acciones y omisiones y responder por ellas;
- d) repudiar, denunciar y combatir cualquier forma de corrupción, activa o pasiva;
- e) velar por la protección y conservación de los bienes que componen el patrimonio de la ITAIPU; y
- f) desarrollar funciones y actividades con utilización plena de la capacidad,

profissionais.	conocimiento y experiencia profesional.
<p>Art. 9º - A ITAIPU preserva a reputação, intimidade e privacidade familiar de cada um dos seus conselheiros, diretores e empregados, até o limite em que suas atitudes não venham a causar prejuízos à imagem e às atividades da ITAIPU.</p>	<p>Art. 9º - La ITAIPU preserva la reputación, la intimidad y la privacidad personal, familiar de sus consejeros, directores y empleados, hasta el límite en que sus actitudes no causen perjuicios a la imagen de las actividades de la ITAIPU.</p>
<p>Art. 10º - Os conselheiros, diretores e empregados da ITAIPU devem guardar discrição e reserva quanto a documentos, fatos e informações da Entidade, independentemente de terem sido qualificados ou não como confidenciais, salvo se de caráter público, se autorizada sua divulgação, ou se a lei assim o determinar.</p>	<p>Art. 10º - Los Consejeros, Directores y empleados de la ITAIPU deben guardar discreción y reserva en cuanto a documentos, hechos e informaciones de la ITAIPU, independientemente de haber sido calificados o no como confidenciales, salvo si es de carácter público, si es autorizada su divulgación, o si la ley así lo determine.</p>
<p>Art. 11º - Os empregados da ITAIPU que exercem funções gerenciais devem sempre estimular o espírito de equipe, tratando seus subordinados com retidão, justiça e humanidade, visando o bem estar e o aprimoramento profissional.</p>	<p>Art. 11º - Los empleados de la ITAIPU que ejercen funciones de gerentes deben estimular el espíritu de equipo, tratando a sus subordinados con rectitud, justicia y humanidad, con miras al perfeccionamiento profesional.</p>
<p>Art. 12º - Os empregados devem acatar as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, relativas ao serviço, que não sejam manifestamente ilegais e contrárias à moral pública e aos bons costumes.</p>	<p>Art. 12º - Los empleados deben acatar las órdenes e instrucciones de los superiores jerárquicos, relativas al servicio, que no sean manifestadamente ilegales y contrarias a la moral y a las buenas costumbres.</p>
<p>Art. 13º - O encaminhamento de críticas e sugestões deve ser realizado apenas por intermédio dos canais apropriados.</p>	<p>Art. 13º - La presentación de críticas y sugerencias deben ser formulados siempre por medio de los canales apropiados.</p>
CAPÍTULO VII - SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE	CAPÍTULO VII - SUSTENTABILIDAD Y MEDIO AMBIENTE
<p>Art. 14º - A ITAIPU assume um papel de Entidade Sustentável, respeitando, desde sua constituição, o meio ambiente e</p>	<p>Art. 14º - La ITAIPU asume un papel de Entidad Sustentable, respetando, desde</p>

contribuindo com a comunidade para atuar na preservação e recuperação da natureza e do equilíbrio ecológico em seus aspectos físicos, biológicos e sociais na região do empreendimento hidrelétrico. Controla ainda o gerenciamento dos fatores ambientais capazes de afetar a vida útil e o desempenho da Usina Hidrelétrica de ITAIPU, visando contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade das comunidades lindéiras.

su constitución, el medio ambiente y contribuyendo con la comunidad para actuar en la preservación y recuperación de la naturaleza y del equilibrio ecológico en sus aspectos físicos, biológicos y sociales en la región del emprendimiento hidroeléctrico. Asimismo, controla el gerenciamiento de los factores ambientales capaces de afectar la vida útil y el desempeño de la Central Hidroeléctrica de ITAIPU, con miras a contribuir al desarrollo y a la sustentabilidad de las comunidades aledañas.

CAPÍTULO VIII - DO COMITÊ DE ÉTICA

Art. 15º - A atribuição específica do Comitê de Ética será – com base no presente código e nos demais instrumentos normativos da Entidade – analisar os casos evidenciados, detectados ou submetidos à consideração do Colegiado e emitir parecer sobre eles para apreciação e providências das autoridades da ITAIPU.

Art. 16º - Os membros desempenharão suas funções de acordo com um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da ITAIPU.

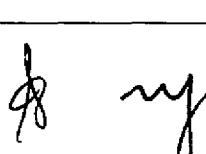
Art. 17º - O Comitê será integrado por 6 (seis) membros titulares e 2 (dois) suplentes, com representação igualitária de empregados brasileiros e paraguaios, designados pelo Conselho de Administração da ITAIPU, por proposta da Diretoria Executiva, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido uma única vez, devendo ter pelo menos, 1 (um) representante da Diretoria Jurídica de cada margem.

CAPÍTULO VIII - EL COMITÉ DE ÉTICA

Art. 15º - La atribución específica del Comité de Ética será – con base en el presente código y en los demás instrumentos normativos de la Entidad – analizar los casos evidenciados, detectados o sometidos a consideración del Colegiado y emitir parecer sobre los mismos para apreciación y providencias de las autoridades de la ITAIPU.

Art. 16º - Los miembros desempeñarán sus funciones de acuerdo con un Reglamento Interno, a ser aprobado por el Consejo de Administración de la ITAIPU.

Art. 17º - El Comité será integrado por 6 (seis) miembros titulares y 2 (dos) suplentes, con representación igualitaria de empleados paraguayos y brasileños, designados por el Consejo de Administración de la ITAIPU, por propuesta del Directorio Ejecutivo, con mandato de 3 (tres) años, prorrogable por una sola vez, debiendo tener, por lo menos, 1 (un) representante de la Dirección Jurídica, de cada margen.




Parágrafo único - O empregado indicado para integrar o Comitê de Ética deverá ter no mínimo 4 (quatro) anos de vínculo empregatício com a ITAIPU.

Art. 18º - Durante o mandato, os membros do Comitê terão garantia de irredutibilidade de remuneração, inamovibilidade, estabilidade no emprego estendida por 1 (um) ano após o término do mandato, direito a assistência jurídica, além ter assegurado o cumprimento integral do mandato, não podendo ser destituído por motivos adversos, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Ética da ITAIPU.

Art. 19º - Os mesmos casos, se e quando de responsabilidade de diretores e conselheiros, serão apreciados por Comitês de Ética "ad hoc", integrados por 6 (seis) membros titulares e 2 (dois) suplentes, com representação igualitária de brasileiros e paraguaios, designados pelo Conselho de Administração da Entidade e pelas Altas Partes Contratantes, respectivamente.

CAPÍTULO IX - DAS PENALIDADES

Art. 20º - A violação de preceito deste Código constitui infração ética, passível de aplicação de censura ética, sem prejuízo das eventuais responsabilidades administrativa, civil e penal, correspondentes, a serem apuradas em procedimentos próprios.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo único - El empleado designado para integrar el Comité de Ética deberá tener un mínimo de 4 (cuatro) años de antigüedad en el cuadro propio de la ITAIPU.

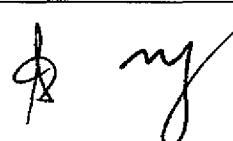
Art. 18º - Durante el mandato, los miembros del Comité, tendrán garantía de irreductibilidad de remuneración, inamovilidad, estabilidad en el empleo extendida por 1 (un) año luego de finalizado el mandato, derecho a asistencia jurídica, además tener asegurado el cumplimiento integral del mandato, no pudiendo ser destituido por motivos adversos, en los términos del Reglamento Interno del Comité de Ética de la ITAIPU.

Art. 19º - Los mismos casos, en situación de responsabilidad de Consejeros y Directores, serán apreciados por el Comité de Ética "ad hoc", integrados por 6 (seis) miembros titulares y 2 (dos) suplentes, con representación igualitaria de paraguayos y brasileños, designados por el Consejo de Administración de la Entidad y por las Altas Partes Contratantes, respectivamente.

CAPÍTULO IX - DE LAS PENALIDADES

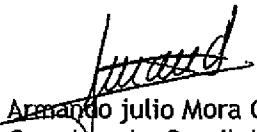
Art. 20º - La violación del precepto de este Código constituye infracción ética, pasible de aplicación de censura, sin perjuicio de las eventuales responsabilidades administrativa, civil y penal, correspondientes, a ser aplicadas en procedimientos propios.

CAPÍTULO X - DE LAS DISPOSICIONES FINALES



10/11

Art. 21º - O disposto neste Código de Ética aplica-se, no que couber, a todos aqueles com que a ITAIPU relate-se interna e externamente, de modo direto ou indireto, inclusive as fundações mantidas pela ITAIPU.


Armando Julio Mora Guerra
Coordenador Brasileiro do Comitê de Ética

Art. 21º - Lo dispuesto en este Código de Ética se aplica, cuando corresponda, a todos aquellos con que la ITAIPU se relate interna y externamente, de modo directo o indirecto, inclusive las fundaciones mantenidas por la ITAIPU.


Maria Emilia Gonzalez Chaves
Coordinadora Paraguaya del Comité de Ética

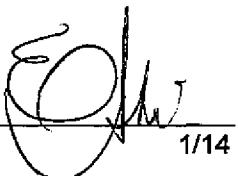
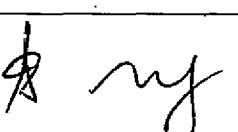




REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE ÉTICA
REGLAMENTO INTERNO DEL COMITÉ DE ÉTICA

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE ÉTICA DA ITAIPU

REGLAMENTO INTERNO DEL COMITÉ DE ÉTICA DE LA ITAIPU



1/14

CAPÍTULO I - DO REGIMENTO INTERNO

Art. 1º - O Regimento Interno do Comitê de Ética da ITAIPU contém as normas de sua estrutura, funcionamento e os procedimentos que regerão as atividades do Comitê de Ética.

Parágrafo Único. Os Comitês “ad hoc” previstos no Código de Ética poderão aplicar de forma subsidiária a seus trabalhos, as disposições estabelecidas neste Regimento Interno.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º - O Comitê será integrado por 6 (seis) membros titulares e 2 (dois) suplentes, com representação igualitária de empregados brasileiros e paraguaios, designados pelo Conselho de Administração da ITAIPU, por proposta da Diretoria Executiva, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido uma única vez, devendo ter pelo menos, 1 (um) representante da Diretoria Jurídica de cada margem.

§1º O empregado indicado para integrar o Comitê de Ética deverá ter no mínimo 4 (quatro) anos de vínculo empregatício com a ITAIPU.

§2º O Comitê terá 2 (dois) coordenadores escolhidos dentre os seus respectivos membros, com mandato de 1 (um) ano, os quais alternarão a coordenação dos trabalhos a cada uma das reuniões, sem prejuízo de suas funções.

CAPITULO I - DEL REGLAMENTO INTERNO

Art. 1º - El Reglamento Interno del Comité de Ética de la ITAIPU contiene las normas de su estructura, funcionamiento y los procedimientos que regirán las actividades del Comité de Ética.

Parágrafo Único. Los Comités “ad hoc”, previstos en el Código de Ética, podrán aplicar en forma subsidiaria a sus trabajos, las disposiciones establecidas en este Reglamento Interno.

CAPITULO II - DE LA COMPOSICIÓN

Art. 2º - El Comité será integrado por 6 (seis) miembros titulares y 2 (dos) suplentes, con representación igualitaria de empleados paraguayos y brasileños, designados por el Consejo de Administración de la ITAIPU, por propuesta del Directorio Ejecutivo, con mandato de 3 (tres) años, prorrogable por una sola vez, debiendo tener, por lo menos, 1 (un) representante de la Dirección Jurídica, de cada margen.

§1º El empleado designado para integrar el Comité de Ética deberá tener un mínimo de 4 (cuatro) años de antigüedad en el cuadro propio de la ITAIPU.

§2º El Comité tendrá 2 (dos) Coordinadores electos de entre sus respectivos miembros, con mandato de 1 (un) año, los cuales alternarán la coordinación de los trabajos en cada una de las reuniones, sin perjuicio de sus demás funciones.



2/14

§3º O Comitê contará com o apoio administrativo de 2 (dois) secretários nomeados pelos Diretores Gerais mediante proposta do próprio Comitê.

§3º El Comité contará con el apoyo administrativo de 2 (dos) Secretarios, nombrados por los Directores Generales, mediante propuesta del propio Comité.

CAPÍTULO III - DAS GARANTIAS

Art. 3º - Durante o exercício do mandato e até 1 (um) ano após o seu término, os membros titulares e suplentes do Comitê de Ética terão as seguintes garantias:

- I. inamovibilidade, salvo se por interesse próprio, extinção do órgão ao qual prestam serviços ou modificação da estrutura organizacional da ITAIPU ou área de trabalho;
- II. irredutibilidade de remuneração, excetuados os descontos legais e as vantagens decorrentes do exercício de função gerencial, adicional de periculosidade e/ou adicional regional, quando estes não se aplicarem;
- III. estabilidade no emprego até 1 (um) ano após o término do mandato, do qual não poderão ser demitidos exceto por falta grave devidamente apurada mediante procedimento disciplinar;
- IV. direito à assistência jurídica custeada pela ITAIPU em casos de responsabilização civil e/ou penal decorrente do exercício de suas funções como membro do Comitê.

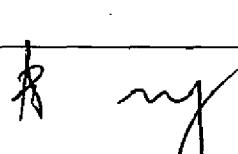
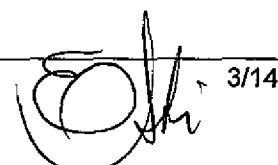
§1º Após designados pelo Conselho de Administração, os membros têm assegurados o cumprimento integral do mandato pelo período de 3 (três) anos,

CAPITULO III - DE LAS GARANTÍAS

Art. 3º - Durante el ejercicio del mandato y hasta 1 (un) año después de su término, los miembros titulares y suplentes del Comité de Ética, tendrán las siguientes garantías:

- I. Inamovilidad, salvo si fuere por interés propio, extinción del órgano al cual prestan servicios o modificación de la estructura organizacional de la ITAIPU o área de trabajo;
- II. Irreductibilidad de la remuneración, exceptuando los descuentos legales y las ventajas derivadas del ejercicio de una función gerencial, adicional de peligrosidad y/o adicional regional, cuando estos no se aplicaren;
- III. estabilidad en el empleo, hasta 1 (un) año después del término del mandato, del cual no podrán ser despedidos, excepto por falta grave debidamente comprobada mediante procedimiento disciplinario;
- IV. derecho a la asistencia jurídica pagada por la ITAIPU, en casos de responsabilidad civil y/o penal, derivada del ejercicio de sus funciones como miembro del Comité.

§1º Luego de ser designados por el Consejo de Administración, los miembros tienen asegurado el cumplimiento integral del mandato por el período de 3 (tres)

não podendo ser destituídos por motivos adversos aos previstos neste Regimento Interno.

§2º Em caso de extinção do órgão ao qual prestam serviços ou modificação da estrutura organizacional da ITAIPU ou área de trabalho, será assegurada aos membros titulares e suplentes do Comitê a lotação em outro cargo ou função na mesma localidade em que trabalham.

§3º A destituição de cargo ou de função gerencial, no prazo estabelecido neste artigo, poderá ser anulada se comprovado que foi motivada pelo exercício da atividade no Comitê.

§4º Perderá o cargo, sem as garantias previstas no artigo 3º, o membro do Comitê de Ética que:

- a) tiver 3 (três) ausências não justificadas, nos termos do Art. 12º deste Regimento;
- b) cometer infração ética no curso do mandato.

§5º As garantias estabelecidas neste artigo não se aplicam ao membro do Comitê que:

- a) cometer infração ética no curso do mandato;
- b) renunciar ao mandato antes de completar, como titular, pelo menos 1 (um) ano;
- c) vier a ser destituído por motivo de ausência às reuniões, na forma do disposto do Art. 12º deste Regimento;

años, no pudiendo ser destituidos por motivos adversos a los previstos en este Reglamento Interno.

§2º En caso de extinción del órgano al cual prestan servicios o modificación de la estructura organizacional de la ITAIPU o área de trabajo, será asegurado a los miembros titulares y suplentes del Comité, la designación de otro cargo o función en la misma localidad en que trabajan.

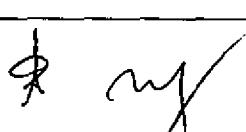
§3º La destitución del cargo o de la función gerencial dentro del plazo establecido en este Artículo, podrá ser anulada de comprobarse que ha sido motivada por el ejercicio de actividades en el Comité.

§4º Perderá el cargo, sin las garantías previstas en el Artículo 3º, el miembro del Comité de Ética que:

- a) tenga 3 (tres) ausencias no justificadas, en los términos del Art. 12º de este Reglamento;
- b) cometa infracción ética en el curso de su mandato.

§5º Las garantías establecidas en este Artículo no se aplicarán al Miembro del Comité que:

- a) cometa infracción ética en el curso del mandato;
- b) renuncie al mandato antes de completar, como titular, por lo menos 1 (un) año;
- c) sea destituido por motivo de ausencias a las reuniones, en la forma dispuesta en el Art. 12º de este Reglamento;




- | | |
|---|---|
| <p>d) renunciar ao mandato por vontade própria;</p> <p>e) aderir ao Programa Permanente de Desligamento Voluntário (PPDV) existente na margem esquerda.</p> | <p>d) renuncie al mandato por voluntad propia;</p> <p>e) se adhiera al Programa Permanente de Desvinculación Voluntaria - PPDV, existente en la margen izquierda.</p> |
|---|---|

CAPÍTULO IV- DA COMPETÊNCIA

Art. 4º - Compete ao Comitê de Ética:

- I. orientar e aconselhar sobre a ética, incentivando a ampla divulgação do Código, interna e externamente;
- II. zelar pela observância dos valores, princípios e condutas consagradas no Código de Ética da ITAIPU;
- III. instaurar, de ofício ou em razão de denúncia, procedimento para apuração de condutas que possam configurar violação ao Código;
- IV. solicitar, diretamente as áreas competentes, as informações e documentos, inclusive os de caráter confidencial, necessários para o esclarecimento de cada caso em exame;
- V. apresentar aos Diretores Gerais relatório sobre os procedimentos de averiguação de conduta, incluindo a recomendação para instauração de sindicância ou de aplicação de censura ética;
- VI. arquivar o procedimento por ser a denúncia notoriamente improcedente, ou por outros motivos devidamente justificados;

CAPÍTULO IV - DE LA COMPETENCIA

Art. 4º - Compete al Comité de Ética:

- I. orientar y aconsejar sobre la ética, incentivando la amplia divulgación del Código, interna y externamente;
- II. velar por la observancia de los valores, principios y conductas consagradas en el Código de Ética de la ITAIPU;
- III. instaurar, de oficio o en razón de denuncia, procedimiento para análisis de conductas que puedan configurar violación al Código;
- IV. solicitar, directamente a las áreas competentes, las informaciones y documentos, inclusive los de carácter confidencial, necesarios para el esclarecimiento de cada caso examinado;
- V. presentar a los Directores Generales informe sobre los procedimientos de averiguación de conducta, incluyendo la recomendación para instauración de sumario administrativo o de aplicación de censura ética;
- VI. archivar el procedimiento por ser la denuncia notoriamente improcedente, o por otros motivos debidamente justificados;

VII. dirimir dúvidas a respeito da aplicação do Código de Ética e pronunciar-se sobre os casos de omissão ou insuficiência de suas normas;

VIII. submeter à consideração dos Diretores-Gerais da ITAIPU propostas de aprimoramento do Código.

Art. 5º - Aos Coordenadores do Comitê de Ética compete:

I. convocar e presidir as reuniões do Comitê;

II. orientar os trabalhos do Comitê, ordenar os debates, coordenar as votações e proclamar os seus resultados;

III. autorizar a presença nas reuniões de pessoas que possam contribuir para os trabalhos do Comitê;

IV. convocar o suplente, nos casos de ausência ou impedimento de membro titular do Comitê;

V. orientar, dirigir e supervisionar os trabalhos dos secretários do Comitê.

Parágrafo Único. Em suas ausências e impedimentos os Coordenadores do Comitê de Ética serão substituídos por outro membro de igual nacionalidade.

CAPÍTULO V - DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada 2 (dois) meses, e extraordinariamente sempre que for

VII. actuar dudas al respecto de la aplicación del Código de Ética y pronunciarse sobre los casos de omisión o insuficiencia de sus normas;

VIII. someter a consideración de los Directores Generales de la ITAIPU, propuestas de mejoras para el Código;

Art. 5º - Compete a los Coordinadores del Comité de Ética:

I. convocar y presidir las reuniones del Comité;

II. orientar los trabajos del Comité, ordenar los debates, coordinar las votaciones y proclamar sus resultados;

III. autorizar la presencia en las reuniones, de personas que puedan contribuir a los trabajos del Comité;

IV. convocar al miembro suplente, en los casos de ausencia o impedimento del miembro titular del Comité;

V. orientar, dirigir y supervisar los trabajos de los Secretarios del Comité.

Parágrafo Único. En caso de ausencias e impedimentos de los Coordinadores del Comité de Ética, serán sustituidos por otro miembro de igual nacionalidad.

CAPITULO V - DEL FUNCIONAMIENTO

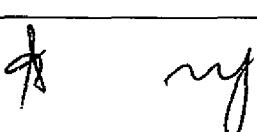
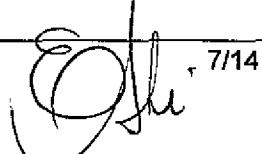
Art. 6º - El Comité se reunirá ordinariamente cada 2 (dos) meses y extraordinariamente, siempre que fuera





6/14

<p>necessário, quando convocado com no mínimo com 2 (dois) dias úteis de antecedência.</p>	<p>necesario, convocado con antecedencia mínima de 2 (dos) días hábiles.</p>
<p>§1º As reuniões serão realizadas preferencialmente, no Edifício da Produção ou mediante videoconferência, a critério do Coordenador.</p>	<p>§1º Las reuniones serán realizadas, preferentemente, en el Edificio de Producción, o mediante videoconferencia, a criterio del Coordinador.</p>
<p>§2º A pauta das reuniões será organizada, em conjunto, pelos Coordenadores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, admitindo-se, excepcionalmente, no início de cada reunião a inclusão de novos assuntos.</p>	<p>§2º La pauta de las reuniones será organizada, en conjunto, por los Coordinadores, con antecedencia mínima de 2 (dos) días hábiles, admitiéndose, excepcionalmente, al inicio de cada reunión la inclusión de nuevos asuntos.</p>
<h3>CAPÍTULO VI - DAS DELIBERAÇÕES</h3>	<h3>CAPÍTULO VI-DE LAS DELIBERACIONES</h3>
<p>Art. 7º - O Comitê de Ética deliberará validamente com a presença de todos os seus membros titulares.</p>	<p>Art. 7º - El Comité de Ética deliberará válidamente con la presencia de todos sus miembros.</p>
<p>§1º As decisões do Comitê serão adotadas por maioria simples correspondendo um voto a cada membro.</p>	<p>§1º Las decisiones del Comité serán adoptadas por mayoría simple, correspondiendo un voto a cada miembro.</p>
<p>§2º Em caso de empate a matéria será encaminhada para deliberação dos Diretores-Gerais.</p>	<p>§2º En caso de empate, el asunto será encaminado para deliberación de los Directores Generales.</p>
<h3>CAPÍTULO VII - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES</h3>	<h3>CAPITULO VII - DE LOS DEBERES Y RESPONSABILIDADES</h3>
<p>Art. 8º - Os trabalhos do Comitê de Ética devem ser desenvolvidos com celeridade e estrita observância dos seguintes princípios:</p>	<p>Art. 8º - Los trabajos del Comité de Ética, deberán ser desarrollados con celeridad y estricta observancia de los siguientes principios:</p>
<p>I. proteção à honra e à imagem da pessoa denunciada;</p>	<p>I. Protección al honor y a la imagen de la persona denunciada;</p>
<p>II. manter o sigilo das informações</p>	<p>II. Mantener el sigilo de las</p>

<p>recebidas, inclusive o da identidade do denunciante;</p> <p>III. independência e imparcialidade na análise dos assuntos submetidos à sua consideração.</p> <p>Parágrafo Único. Qualquer averiguação para apurar infração ética será mantida com a chancela de “reserva” pelo Comitê.</p> <p>Art. 9º - Eventuais conflitos de interesse, que possam surgir em função do exercício das atividades profissionais de um membro do Comitê de Ética, deverão ser informados aos demais membros.</p> <p>Parágrafo Único. O membro do Comitê que, em razão de atividade profissional, tiver relacionamento direto ou contínuo com pessoa cujo ato estiver submetido à análise pelo Comitê deverá abster-se de participar de reuniões e deliberações que, de qualquer modo, a afete ou diga respeito.</p> <p>Art. 10º - Os membros do Comitê de Ética declarar-se-ão impedidos de participar das averiguações das quais participem, quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. o denunciado for seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau; II. o denunciado tiver advogado constituído que seja seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau; III. for amigo íntimo ou inimigo notório do denunciado, do seu cônjuge, 	<p>informaciones recibidas, inclusive la identidad del denunciante;</p> <p>III. Independencia e imparcialidad en el análisis de los asuntos sometidos a su consideración.</p> <p>Parágrafo Único. Cualquier averiguación para verificar una infracción ética, será mantenida con el rótulo de “reservado” por el Comité.</p> <p>Art. 9º - Eventuales conflictos de intereses, que puedan surgir en función del ejercicio de las actividades profesionales de un miembro del Comité de Ética, deberán ser informados a los demás miembros.</p> <p>Parágrafo Único. El miembro del Comité que en razón de actividad profesional, tenga relación directa o continua con alguna persona cuyo acto fuere sometido a análisis del Comité, deberá abstenerse de participar de reuniones y deliberaciones que, de cualquier manera, afecte o se relacione.</p> <p>Art. 10º - Los miembros del Comité de Ética, deberán abstenerse de participar en las averiguaciones que participen, cuando:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. el denunciado fuere su cónyuge, concubino o pariente, consanguíneo o afín, en línea recta o colateral, hasta el tercer grado; II. el denunciado designe un abogado que fuere cónyuge, concubino o pariente, consanguíneo o afín, en línea recta o colateral, hasta el tercer grado; III. fuere amigo íntimo o enemigo notorio del denunciado, de su cónyuge,
--	---

companheiro ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;	concubino o pariente, consanguíneo o afín, en línea recta o colateral, hasta el tercer grado;
IV. for credor ou devedor do denunciado, do seu cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.	IV. fuere acreedor o deudor del denunciado, de su cónyuge, concubino o pariente, consanguíneo o afín, en línea recta o colateral, hasta el tercer grado.
<p>Art. 11º - Os membros do Comitê de Ética deverão justificar eventual impossibilidade de comparecer às reuniões.</p> <p>§1º 3 (três) ausências às reuniões, sem justificativa ou com justificativas não aceitas pelo Comitê, registradas em ata, importarão na perda de mandato do membro do Comitê, com a posse imediata do suplente, que desempenhará a função até a designação de novo membro titular.</p> <p>§2º Configurada a hipótese do parágrafo anterior, os Coordenadores do Comitê comunicarão o fato aos Diretores Gerais da ITAIPU para que estes, <i>ad referendum</i> do Conselho de Administração designem novo membro titular.</p>	<p>Art. 11º - Los miembros del Comité de Ética, deberán justificar eventual imposibilidad de comparecer a las reuniones.</p> <p>§1º 3 (tres) ausencias a las reuniones, no justificadas o con justificativas no aceptadas por el Comité, registradas en acta, motivarán la pérdida del mandato del miembro del Comité, con la asunción inmediata del suplente, quien desempeñará la función hasta la designación del nuevo miembro titular.</p> <p>§2º Configurada la hipótesis del parágrafo anterior, los Coordinadores del Comité, comunicarán el caso a los Directores Generales de la ITAIPU, para que "ad referéndum" del Consejo de Administración, designen nuevo miembro titular.</p>
<p>CAPÍTULO VIII - DA DENÚNCIA E DO PROCEDIMENTO DE AVERIGUAÇÃO</p> <p>Art. 12º - Qualquer cidadão, empregado, servidor público, autoridade pública, pessoa jurídica de direito público ou privado, entidade associativa ou similar, poderá promover a atuação do Comitê de Ética, diretamente na qualidade de denunciante, ou através de mandatário, para análise de uma suposta infração ao Código de Ética, imputável a empregados</p>	<p>CAPÍTULO VIII - DE LA DENUNCIA Y DEL PROCEDIMIENTO DE AVERIGUACIÓN</p> <p>Art. 12º - Cualquier ciudadano, empleado, funcionario público, autoridad pública, persona jurídica de derecho público o privado, entidad social o similar, podrá promover la actuación del Comité de Ética, directamente en calidad de denunciante o través de mandatario, para el análisis de una supuesta infracción al Código de Ética, imputable a</p>

do quadro próprio da ITAIPU ou de terceiros que mantenham relação com a Entidade.

Parágrafo Único. Entende-se por terceiros, para os fins deste Regimento, toda pessoa física ou jurídica que, por força de lei, contrato ou convênio, preste serviços de natureza permanente, temporário, excepcional ou eventual, com ou sem vínculo de emprego, ainda que sem retribuição financeira, à ITAIPU.

Art. 13º - A apuração de ato, fato ou conduta que, em tese, configure infração a valores, princípios e normas estabelecidos no Código de Ética da ITAIPU pode ser também instaurada de ofício pelo Comitê de Ética.

Parágrafo Único. A instauração do procedimento deve ser fundamentada pelos membros do Comitê e apoiada em fatos ou em indícios capazes de lhe dar sustentação.

Art. 14º - A denúncia poderá ser apresentada em forma escrita ou verbal, devendo atender aos seguintes requisitos:

- I. identificação do denunciante e do denunciado;
- II. relato da circunstância do acontecido e/ou oferecimento de indícios de provas; e
- III. indicação de eventuais co-participes.

§1º A denúncia será dirigida ao Comitê, podendo ser apresentada diretamente a qualquer um de seus membros, ou encaminhada via postal ou por correio eletrônico.

empleados del cuadro propio de la ITAIPU o de terceros que mantengan relación con la Entidad.

Parágrafo Único. Se entiende por terceros, para los fines de este Reglamento, a toda aquella persona física o jurídica, que por fuerza de Ley, Contrato o Convenio, preste servicios de naturaleza permanente, temporal, excepcional o eventual, con o sin vínculo de empleo, aunque fuere sin retribución financiera, a la ITAIPU.

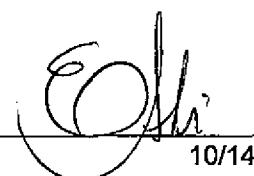
Art. 13º - La verificación del acto, hecho o conducta, que a priori pueda configurar una infracción a los valores, principios y normas del Código de Ética de la ITAIPU, podrá ser analizada de oficio por el Comité de Ética.

Parágrafo Único. La instauración del procedimiento debe estar fundamentada por los Miembros del Comité y apoyada en hechos o indicios que le den sustentación.

Art. 14º - La denuncia podrá presentarse en forma escrita o verbal, atendiendo los siguientes requisitos:

- I. Identidad del denunciante y del denunciado;
- II. Relato circunstanciado del hecho y ofrecimiento de los indicios de pruebas; y
- III. Indicación de eventuales copartícipes.

§1º La denuncia será dirigida al Comité, pudiendo ser presentada directamente a cualquiera de sus miembros o encaminada vía postal o por correo electrónico.


 10/14



§2º Quando a denúncia for verbal será tomada por termo por qualquer um dos membros do Comitê de Ética.

§3º Nas denúncias apresentadas por procuração será necessária a exibição do instrumento de mandato.

§4º Quando a denúncia for apresentada a qualquer dos membros do Comitê, este a encaminhará ao respectivo Coordenador.

Art. 15º - Em casos excepcionais, e dependendo da gravidade e/ou notoriedade do fato o Comitê de Ética poderá analisar denúncias apresentadas sem os requisitos mencionados no artigo anterior.

Art. 16º - Formalizada a denúncia, o Comitê de Ética, designará no mínimo 2 (dois) de seus membros, sendo um brasileiro e um paraguaio, para proceder o exame preliminar da denúncia e posterior apresentação ao plenário

§1º O Comitê deverá concluir a averiguação no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data do recebimento da denúncia, prorrogável em caso de necessidade justificada por mais de 30 (trinta) dias.

§2º Na hipótese da conduta denunciada já estar sendo analisada em procedimento administrativo interno, o Comitê de Ética aguardará a conclusão deste procedimento para então manifestar-se sobre a pertinência de aplicação de censura ética.

Art. 17º - Caso a denúncia apresente vícios de forma e/ou seja notoriamente improcedente, o Comitê de Ética ordenará seu arquivamento.

§2º Cuando la denuncia fuere verbal, se transcribirá en acta, por cualquier miembro del Comité de Ética.

§3º En las denuncias presentadas por mandato, será necesaria la presentación de una Carta Poder.

§4º Cuando la denuncia fuere presentada a cualquier de los miembros del Comité, éste la encaminará al respectivo Coordinador.

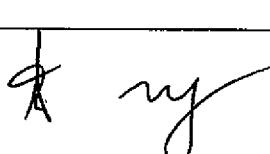
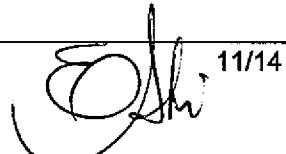
Art. 15º - En casos excepcionales, dependiendo de la gravedad y/o notoriedad del hecho, el Comité de Ética podrá analizar denuncias presentadas sin los requisitos mencionados en el artículo anterior.

Art. 16º - Formalizada la denuncia, el Comité de Ética designará como mínimo a dos de sus miembros, siendo uno paraguayo y uno brasileño, para proceder al examen preliminar de la denuncia y posterior presentación al plenario.

§1º El Comité deberá concluir la averiguación en el plazo de 90 (noventa) días, contados a partir de la fecha de la recepción de la denuncia, prorrogable, en caso de necesidad, por 30 (treinta) días más.

§2º En la hipótesis de que la conducta denunciada ya esté siendo analizada en un proceso administrativo interno, el Comité de Ética aguardará la conclusión del proceso para entonces manifestarse sobre la pertinencia de aplicación de censura ética.

Art. 17º - En caso que la denuncia presente vicios de forma, sea notoriamente improcedente, el Comité de Ética ordenará su archivo.



 11/14

Art. 18º - Se o fato apresentado constituir infração aos valores, princípios e normas do Código de Ética, e o Comitê, entender necessário reunir informações complementares ou novos elementos de prova poderá solicitá-los mediante ofício ou pedido verbal, ou realizar diligências, bem como solicitar parecer de especialistas quando for o caso.

Parágrafo Único. A Diretoria Geral proporcionará todo suporte financeiro que se fizer necessário ao desenvolvimento das atividades do Comitê, exceto as despesas de viagens de seus membros no desempenho de suas funções no Comitê que serão arcadas pelas suas respectivas áreas.

Art. 19º - Se concluir que existem indícios suficientes de infração ao Código de Ética e de sua autoria, o Comitê, indicando a falta e o infrator, encaminhará os autos e o correspondente relatório aos Diretores-Gerais, recomendando a abertura pelos meios próprios de direito, de sindicância para apuração da respectiva responsabilidade e aplicação de eventuais sanções, bem como a aplicação de censura ética.

§1º Os Diretores Gerais decidirão sobre as recomendações apresentadas pelo Comitê, encaminhando as áreas competentes para as providências cabíveis.

§2º Tratando-se de terceiros, cópia da denúncia será enviada, através dos canais competentes, para conhecimento ou eventuais providências, ao respectivo órgão ou empresa, sem prejuízo da adoção de outras medidas por parte da ITAIPU.

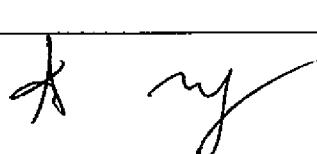
Art. 18º - Si el hecho presentado constituye infracción a los valores, principios y normas del Código de Ética y el Comité de Ética considere necesario reunir informaciones complementarias o nuevos elementos de prueba, podrá solicitarlos mediante oficio o pedido verbal, o realizar diligencias, así como solicitar parecer de especialista cuando fuere el caso.

Parágrafo Único - La Dirección General proporcionará todo el soporte financiero necesario para el desarrollo de las actividades del Comité, excepto los gastos de viajes de sus miembros, en el desempeño de sus funciones en el Comité, que serán cubiertos por las respectivas áreas.

Art. 19º - Si se concluye que existen indicios suficientes de infracción al Código de Ética y de su autoría, el Comité de Ética, indicando la falta y el infractor, encaminará los autos y el correspondiente parecer a los Directores Generales, recomendando la apertura, por los medios propios del derecho, de sumario administrativo pertinentes, para deslindar responsabilidades y aplicación de eventuales sanciones, así como la aplicación de censura ética.

§1º Los Directores Generales decidirán sobre las recomendaciones presentadas por el Comité, encaminando a las áreas competentes para las providencias necesarias.

§2º Tratándose de terceros, copia de la denuncia deberá ser enviada a través de las autoridades competentes para conocimiento y eventuales providencias, al respectivo órgano o empresa, sin perjuicio de la adopción de otras medidas por parte de la ITAIPU.



12/14

§3º Após a entrega do Relatório aos Diretores Gerais, o Comitê de Ética informará as partes interessadas sobre a finalização dos seus trabalhos.

§4º Da decisão dos Diretores Gerais será dada ciência pelo Comitê ao denunciante e denunciado.

Art. 20º - O Comitê de Ética, sempre que constatar, em procedimento de averiguação com relatório conclusivo, a ocorrência de ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, deverá incluir em suas recomendações aos Diretores Gerais, o encaminhamento de cópia dos autos aos órgãos internos da ITAIPU, bem como às autoridades públicas competentes, para apuração de tais ilícitos, sem prejuízo das demais medidas que especificamente lhes caibam.

Parágrafo Único. Tratando-se de terceiros, cópia da denúncia será enviada, através das autoridades competentes, para conhecimento ou eventuais providências, ao respectivo órgão ou empresa.

Art. 21º - As decisões do Comitê de Ética serão resumidas em ementa e mantidas em arquivo.

Art. 22º - Os trabalhos no Comitê de Ética são considerados relevantes pela ITAIPU e terão prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos ocupados por seus membros.

Parágrafo Único. As Áreas da ITAIPU deverão prestar ao Comitê todo o apoio que se fizer necessário para o desenvolvimento de suas atividades.

§3 Luego de la entrega del Relatorio a los Directores Generales, el Comité de Ética informara a las partes interesadas sobre la finalizacion de sus trabajos.

§4º De la decisión de los Directores Generales o del Directorio Ejecutivo, se dará conocimiento, por el Comité, al denunciante y denunciado.

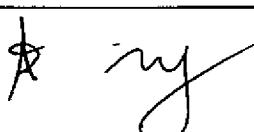
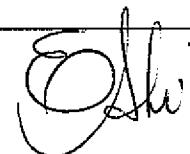
Art. 20º - El Comité de Ética, siempre que constatare en el procedimiento de averiguación con informe conclusivo, la comisión de ilícitos penales, civiles, administrativos o de infracción disciplinaria, deberá incluir en sus recomendaciones a los Directores Generales; recomendándoles la remisión de copias de los autos a los órganos internos de la ITAIPU, así como a las autoridades públicas competentes, para verificación de tales ilícitos, sin perjuicio de las demás medidas que específicamente correspondan adoptar.

Parágrafo Único. Tratándose de terceros, copia de la denuncia será enviada, a través de las autoridades competentes, para conocimiento y eventuales providencias, al respectivo órgano o empresa.

Art. 21º - Las decisiones del Comité de Ética serán resumidas en un epígrafe y mantenidas en archivo.

Art. 22º - Los trabajos del Comité de Ética son considerados relevantes para la ITAIPU y tendrán prioridad sobre las atribuciones propias de los cargos ocupados por sus miembros.

Parágrafo Único. Las Áreas de la ITAIPU deberán prestar al Comité todo el apoyo que fuere necesario para el desarrollo de sus actividades.

Art. 23º - Prescreve em 2 (dois) anos a iniciativa de averiguar qualquer infração ao Código de Ética, contados da data em que o fato se tornou conhecido.

Art. 24º - A apuração de infração de natureza ética cometida por membro do Comitê de Ética será apurada por Comitê designado pela Diretoria Executiva da ITAIPU para tal finalidade.

Art. 25º - Infrações de natureza ética cometidas por Diretor ou Conselheiro, serão apreciadas por Comitês de Ética "ad hoc", integrados por 6 (seis) membros titulares e 2 (dois) suplentes, com representação igualitária de brasileiros e paraguaios, designados pelo Conselho de Administração da Entidade e pelas Altas Partes Contratantes, respectivamente.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26º - Caberá ao Plenário do Comitê dirimir qualquer dúvida relacionada a este Regimento Interno, bem como propor aos Diretores Gerais as modificações necessárias, que serão posteriormente submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Comitê.


 Armando Julio Mora Guerra
 Coordenador Brasileiro do Comitê de Ética

Art. 23º - Prescribe a los 2 (dos) años la iniciativa de averiguar cualquier infracción al Código de Ética, contados a partir de la fecha de conocimiento del hecho.

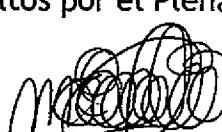
Art. 24º - La investigación de infracción de naturaleza ética cometida por un miembro del Comité de Ética, será realizada por un Comité designado por el Directorio Ejecutivo de la ITAIPU para tal finalidad.

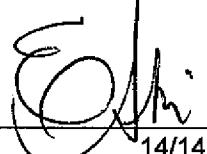
Art. 25º - Infracciones de naturaleza ética, cometidas por Directores o Consejeros, serán apreciadas por Comités de Ética "ad hoc", integrados por 6 (seis) miembros titulares y 2 (dos) suplentes, con representación igualitaria de paraguayos y brasileños, designados por el Consejo de Administración de la Entidad y por las Altas Partes Contratantes, respectivamente.

CAPITULO IX - DE LAS DISPOSICIONES FINALES

Art. 26º - Competerá al Plenario del Comité de Ética, aclarar cualquier duda relacionada a este Reglamento Interno, así como proponer a los Directores Generales las modificaciones necesarias, que serán posteriormente sometidas a la aprobación del Consejo de Administración.

Parágrafo Único. Los casos omisos serán resueltos por el Plenario del Comité.


 Maria Emilia Gonzalez Chaves
 Coordinadora Paraguaya del Comité de Ética


 14/14